



REQUERIMENTO

Requer a redistribuição do PL 10678/2018 para análise de mérito na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Senhor Presidente,

Nos termos dos Arts. 139, II, alínea “a” e 32, inciso XXIV do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a redistribuição do Projeto de Lei nº 10678 de 2018, que “dispõe sobre a consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas e quilombolas necessária para emissão de licença ambiental para atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental”.

Justificativa

O Projeto de Lei nº 10678/2018 aborda temas que impactam diretamente o setor agrícola e rural, como a segurança alimentar, a sustentabilidade e a proteção de comunidades rurais e indígenas. Esses aspectos estão profundamente ligados às atribuições da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), que tem a competência de analisar políticas públicas e legislações voltadas ao agronegócio e ao desenvolvimento rural sustentável. Dessa forma, é essencial que a comissão participe do debate e deliberação sobre a matéria.

Qualquer alteração legislativa que afete a produção agropecuária, direta ou indiretamente, precisa ser cuidadosamente analisada por especialistas da área, a fim de assegurar que os impactos sejam devidamente avaliados e que o setor continue contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Já que o





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado MESSIAS DONATO – REPUBLICANOS/ES

Apresentação: 11/12/2024 14:30:18.443 - MESA

REQ n.4885/2024

setor agrícola ser um dos pilares da economia brasileira, sendo responsável por grande parte das exportações e da geração de empregos no país,

Além disso, o parecer da CDHM destacou questões ambientais e de direitos humanos que influenciam diretamente a produção agrícola sustentável. A CAPADR pode oferecer uma visão técnica adicional, ponderando como as políticas propostas podem ser implementadas de forma a equilibrar produtividade e preservação ambiental. Essa perspectiva é indispensável para garantir que a legislação a ser aprovada seja eficaz e equilibrada em seus objetivos.

Outro ponto relevante é que o projeto de lei pode afetar diretamente os pequenos produtores rurais, que constituem uma parte significativa do setor agrícola. A CAPADR possui expertise em analisar as necessidades desse público, garantindo que os impactos das políticas sejam mitigados e que haja suporte adequado para a adaptação às mudanças legislativas propostas.

Envolver a CAPADR no debate é assegurar uma tramitação mais robusta, com análises técnicas que considerem o desenvolvimento sustentável, os interesses econômicos do setor agrícola e a preservação dos direitos das comunidades impactadas. Essa abordagem é essencial para que o Congresso Nacional tome decisões informadas e benéficas para o país como um todo..

Deputado Messias Donato

REPUBLICANOS/ES



* C D 2 4 6 1 1 9 9 9 4 6 0 0 *